



AS APAES DA REGIÃO DAS MISSÕES/RS E O DESENVOLVIMENTO REGIONAL: UMA ARTICULAÇÃO POSSÍVEL?

Karen Szelbracikowski, Mestra em Desenvolvimento e Políticas Públicas, UFFS.

Edemar Rotta, Doutor em Serviço Social, Professor do PPGDPP/UFFS.

Resumo

O artigo analisa as Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAES) da Região das Missões/RS em sua inserção na Política Nacional de Assistência Social (PNAS). Tem como objetivo compreender as contribuições dadas pelas APAES na garantia dos direitos sociais às pessoas com deficiência, no âmbito da PNAS, favorecendo o desenvolvimento regional. Se trata de pesquisa com abordagem fundada no método dialético-crítico, com prisma qualitativo, de natureza aplicada e caráter exploratório, realizada através de pesquisa bibliográfica, estudo de documentos e levantamento de dados empíricos via questionário eletrônico. Os materiais coletados foram analisados via técnica de análise de conteúdo. Estabelece-se uma articulação entre os conceitos de desenvolvimento regional e APAES relacionando-os aos direitos sociais e políticas sociais. Evidencia-se a realidade concreta das dez APAES das Missões/RS. Quanto à historicidade, cinco das APAES dessa Região foram criadas antes da promulgação da CF/88, e as outras cinco após esse período. Em termos de estruturas físicas e recursos humanos evidencia-se que a maioria possui prédios próprios e os profissionais são contratados, predominantemente, por vínculo celetista, havendo em todas elas assistente social. No tangente aos recursos financeiros, percebe-se que as suas principais fontes estão nos recursos municipais. No tocante aos serviços socioassistenciais constatou-se que todas elas trabalham na área da política de assistência social, enquanto cinco delas atuam na política de educação e três delas trabalham na área de saúde. Quanto às PCDS, essas APAES atendem, preferencialmente, às intelectuais e múltiplas, mas também às pessoas com deficiências visuais, físicas, auditivas, entre outras.

Palavras-chave: Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais. Organizações da Sociedade Civil. Políticas Públicas. Serviços Socioassistenciais. PCDS.



Introdução

As Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAES) são organizações da sociedade civil (OSC) que prestam serviços socioassistenciais de forma planejada, gratuita e permanente às pessoas com deficiência (PCDS), preferencialmente intelectual e múltipla. Com a aprovação da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) as APAES passaram a se integrar ao processo de sua implantação como entidades de atendimento que prestam serviços e desenvolvem programas às PCDS, tornando-se um importante mecanismo na garantia dos seus direitos.

A política de assistência social, no Brasil, possui uma história marcada por avanços e retrocessos. Contudo, o divisor de águas principal é a sua incorporação no campo dos direitos sociais garantidos pela Constituição Federal de 1988, como um dos tripés da seguridade social. Assumindo o caráter universalista nas suas ações e rompendo com a lógica dominante até então das práticas assistencialistas, embasadas no favor e na benesse. Com isso, passou a incluir as pessoas com deficiência como uma das suas demandas, visando à habilitação e reabilitação, bem como a integração na vida comunitária.

Nesse contexto, as APAES passaram a integrar-se à política de assistência social como entidades que prestam serviços socioassistenciais às PCDS. Isto é, se constituem importantes espaços que visam à garantia de direitos para as pessoas com deficiência, e, preponderantemente, o direito à assistência social, dentre tantos outros.

Este artigo é resultado de pesquisa desenvolvida junto ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Políticas Públicas - Mestrado, da UFFS. Volta-se para o estudo das APAES como entidades que prestam serviços socioassistenciais às PCDS, no âmbito da PNAS, na perspectiva da garantia de direitos sociais às pessoas com deficiência, conforme preconizados pela Constituição Federal de 1988, contribuindo para o desenvolvimento da região, especialmente enquanto espaço de inclusão e de inserção social cidadã.

A Região das Missões/RS é composta por 25 municípios¹, situados no Noroeste do Rio Grande do Sul, divisa com a Argentina. Nela há a presença de 10 APAES, situadas nos municípios de São Luiz Gonzaga, Caibaté, Bossoroca, Guarani das Missões, Santo Antônio das Missões, Santo Ângelo, São Miguel das Missões, Roque Gonzales, Porto Xavier e Cerro Largo. É importante destacar que algumas dessas unidades recebem pessoas de municípios

¹ Usando como referência a regionalidade estabelecida no âmbito dos Conselhos Regionais de Desenvolvimento.



de seu entorno, gerando uma Rede de atendimento que dá cobertura a 20 municípios da região.

Nesse sentido que as APAES dessa Região contribuem para o desenvolvimento regional, uma vez que são entidades que trabalham na garantia de direitos para as pessoas com deficiência a partir de políticas sociais, em especial a de assistência social. Porque para saber se uma região é desenvolvida ou não é necessário analisar todos os aspectos possíveis, até mesmo aquelas realidades que estão mais veladas, como é o caso das APAES da região das Missões/RS. Dado que o desenvolvimento de uma região traduz o quanto está sendo investido naquele local em termos de políticas públicas, mas não apenas isso evidentemente.

Cada unidade da APAE é independente da outra e pode optar por ofertar diferentes serviços de apoio às políticas públicas de educação ou de saúde, para além da assistência social, definindo o público que atende e os profissionais que contrata. Elas podem atender pessoas com deficiência intelectual e múltipla, deficiência física, visual, auditiva, assim como crianças, adolescentes, adultos ou idosos.

A carência de estudos nessa temática foi constatada por Silva (2017) que realizou uma pesquisa bibliométrica, entre 2000 e 2015, sobre a quantidade de artigos científicos veiculados em periódicos sobre as APAES e a educação especial, e constatou que de todos os 61 artigos encontrados apenas 16 deles tiveram a APAE, propriamente dita, como objeto de estudo.

De acordo com o levantamento do Cadastro Único do Governo Federal (CadÚnico), realizado em setembro de 2019, há cerca de 4,3 milhões de pessoas com deficiência registradas nesse cadastro como público de baixa renda, dos quais 9,2% estão localizadas no Rio Grande do Sul (CORTIZO; SANTOS; CUSTÓDIO, 2020). Todavia, esse percentual pode ser bem maior se tiver como base os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que contempla toda a população brasileira no Censo Demográfico.

Segundo essa fonte, no RS há cerca de 2.548.418 (24%) pessoas com pelo menos uma das deficiências pesquisadas (deficiência física, deficiência auditiva, deficiência visual e deficiência mental/intelectual), e destas 162.792 (2%) são pessoas com deficiência intelectual/mental (IBGE, 2010 apud FADERS, 2022). Na Região das Missões/RS, somando os totais de cada um dos 25 municípios, há 60.784 PCDS, enquanto que o total de PCDS intelectual e mental perfaz 4.120, ou seja, as pessoas com deficiência intelectual/mental na região pesquisada correspondem a 6% do seu total de PCDS. As taxas de proporção entre PCDS total e intelectual/mental na Região das Missões/RS varia entre 1% e 3% (IBGE, 2010 apud FADERS, 2022).



O texto está estruturado em duas partes centrais além dessa introdução e da conclusão. Na primeira parte apresentam-se o material e os métodos utilizados na pesquisa e na segunda os resultados e a discussão acerca da pesquisa propriamente dita, enquanto na conclusão apontam-se as considerações finais sobre o estudo realizado.

1 Aspectos metodológicos da pesquisa

Nesta seção focaliza-se a metodologia utilizada na pesquisa com as APAES da região das Missões/RS, destacando a abordagem, os procedimentos e a técnica de análise dos resultados obtidos. Esta pesquisa foi desenvolvida pelo método dialético-crítico, que possibilita o conhecimento da realidade como uma totalidade carregada de contradições construídas na historicidade dos sujeitos. Uma pesquisa com enfoque qualitativo, pois “se aplica ao estudo da história, das relações, das representações, das crenças, das percepções e das opiniões, produtos das interpretações que os humanos fazem a respeito de como vivem, constroem seus artefatos e a si mesmos, sentem e pensam” (MINAYO, 2010, p. 57).

No que tange à natureza, esta pesquisa classifica-se como aplicada. Assim, visou compreender as contribuições dadas pelo trabalho desenvolvido pelas APAES da Região das Missões/RS na garantia dos direitos sociais às pessoas com deficiência no âmbito da PNAS. No que diz respeito aos objetivos, este estudo é classificado como exploratório. Do ponto de vista dos procedimentos técnicos de coleta de dados, trata-se de uma pesquisa bibliográfica, documental com aplicação de questionário estruturado misto e levantamento de dados. Para a pesquisa bibliográfica contou com informações de materiais publicados sobre a temática, tais como livros, teses, revistas. Por sua vez, a pesquisa documental utilizou documentos privados das entidades como fonte de dados.

Já no que diz respeito ao objeto de estudo, esta pesquisa contou com as dez APAES da Região das Missões/RS como seu objeto. Elas estão localizadas nos municípios de Bossoroca, Caibaté, Cerro Largo, Guarani das Missões, Porto Xavier, Roque Gonzalez, Santo Ângelo, Santo Antônio das Missões, São Luiz Gonzaga e São Miguel das Missões, e fazem parte do 16º Conselho Regional das APAES do Rio Grande do Sul, que abrange ainda outros municípios pertencentes a outras regiões delimitadas pelos Conselhos Regionais de Desenvolvimento (COREDES), que, portanto, não foram objeto deste estudo.

Como ferramenta técnica para a coleta de dados utilizou-se um questionário estruturado misto, com perguntas abertas e fechadas. A análise dos dados foi executada por meio da técnica Análise de Conteúdo. Diante disso, o resultado desta pesquisa foi organizado através das categorias analíticas principais que são: “histórico de fundação”; “estrutura física”



das entidades; “recursos humanos”; “políticas públicas atendidas”; “programas e projetos realizados”; “sustentação financeira”; “gestão e controle social”; “público atendido”. A seguir os resultados e as discussões são apresentados.

2 Discussões e Resultados

Esta seção está dividida em duas subseções, uma em que os conceitos de políticas sociais, desenvolvimento regional e APAES são abordados estabelecendo-se uma conexão entre ambos como o embasamento teórico da pesquisa. Na segunda, são apresentados os principais dados levantados na pesquisa com as dez APAES da região das Missões/RS.

2.1 Política Social, Desenvolvimento Regional e as APAES: Ajustando o foco das lentes

Um dos tipos das políticas públicas que merecem destaque são as políticas sociais, que possuem relação íntima com os direitos sociais, visando garantir que os mesmos sejam acessíveis a todos, em especial àqueles que se encontram em situação de vulnerabilidade. Para isso, as políticas sociais visam garantir a proteção e a promoção social, com políticas específicas, tais como as da seguridade social, que englobam as áreas da previdência social, saúde e assistência social.

No caso brasileiro, dentre as políticas sociais, a última a ser implementada foi a da assistência social. Apesar de ter sido regulamentada tardiamente, ela é de fundamental importância para a sociedade, porque visa amparo à infância, à velhice, à família e às pessoas com deficiência. Sendo estas últimas as que receberam um olhar inclusivo a partir da promulgação da lei de regulamentação dessa política social, e são os objetivos principais das Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAES).

Quando se fala em política social, Rotta e Reis (2007, p. 315) destacam que, para além de suas diferentes definições, devem ser “entendidas como fruto da dinâmica social, da interação entre os diversos atores, em seus diferentes espaços e a partir dos diversos interesses e relações de força”. Castro (2012, p. 1014) entende a política social como “sendo composta por um conjunto de programas e ações do Estado, que se concretizam na garantia da oferta de bens e serviços, nas transferências de renda e regulação dos elementos do mercado”. Para tornar isso possível, a política social busca realizar dois objetivos conjuntos: a proteção social e a promoção social.

Através delas a população tem o seu rol de direitos efetivados e, mais que isso, executados. Couto (2006, p. 48) refere que “a concretização dos direitos sociais depende da intervenção do Estado [...]” e adiciona que “sua materialidade se dá por meio de políticas



sociais públicas, executadas na órbita do Estado”. É por esse prisma que se deve compreender as políticas sociais, pois, em grande medida, há um mecanismo legal que as torna efetivas. Todavia, “pensar que das políticas sócio assistenciais, e apenas delas resultem melhorias no bem-estar social desta população é ilusório e ineficaz. Porque há uma imensa fratura entre o que é anunciado na Constituição [...] e a realização concreta do direito” (YAZBEK, 2004, p. 33).

Por mais estranho que possa soar o próprio desenvolvimento é também considerado um direito, segundo alguns autores. Explicando melhor, Couto (2006) e Bobbio (2004) referem que os direitos podem ser caracterizados por gerações, segundo o tipo de conquistas a que se referem, em que há os de primeira geração, os de segunda e os de terceira. Os de primeira geração são os direitos civis e políticos; os de segunda referem-se aos direitos sociais; os de terceira, por sua vez, tratam dos direitos coletivos.

Os de terceira geração, que interessam para esse estudo, segundo Couto (2006), tiveram o início das reivindicações para vê-los reconhecidos no século XX, e possuem caráter coletivo e difuso, uma vez que são requeridos não apenas individualmente, e sim pela coletividade dos povos, por se tratarem de direitos ao desenvolvimento, à paz, ao meio ambiente, e sua fundação está na solidariedade. Em suma, pode-se dizer que os direitos são considerados, em geral, como conquistas históricas que acompanham processos específicos, conforme a vida socialmente produzida se desenvolve, pela ação dos sujeitos e sua relação com o Estado.

De um modo geral, pode-se dizer que as políticas públicas, em especial as políticas sociais, concretizam direitos sociais na vida da população, o que conseqüentemente promove o desenvolvimento, tanto nacional quanto regional. Isto é, políticas sociais, direitos sociais e desenvolvimento são conceitos que estão intimamente ligados e um decorre do outro. Como bem destacado por Castro (2012, p. 1012), ao referir que

[...] essas políticas afetam a situação social dos indivíduos, famílias e grupos sociais, induzindo melhorias na qualidade de vida da população e, ao mesmo tempo, dadas suas dimensões, alteram a economia e a autonomia de um país, o meio ambiente e o próprio patamar de democracia alcançado, tornando-se, assim, elemento fundamental para o processo de desenvolvimento nacional.

Ou seja, o processo de desenvolvimento é imbricado por diversos fatores que o influenciam, tanto positivo quanto negativamente, pois, muitas vezes, a falta de investimentos pode gerar resultados contrários ao desenvolvimento. Nesse viés, Castro e Oliveira (2014) afirmam que o desenvolvimento está baseado em cinco dimensões, a saber: econômica,



social, territorial, ambiental e político-institucional, e para cada uma delas há políticas públicas específicas, tais como macroeconômica, social de proteção e promoção, infraestrutura econômica e social, entre outras.

Por outro lado, é relevante considerar que o desenvolvimento pode ser visto sob vários ângulos e há uma vasta gama de teorias, conceituações e autores que se debruçam sobre o tema, que, por certo, não cabem e não se esgotam nessas páginas². Contudo, se pretende aqui focar no desenvolvimento regional e estabelecer, mesmo que minimamente, ao que se refere, relacionando-o ao fazer das APAES da região das Missões/RS.

Nesse caso, Correia, Silveira e Kirst (2019, p. 07) defendem que, no que se refere ao conceito em si, basicamente “não há distinção entre desenvolvimento de uma nação ou desenvolvimento de uma região” ou desenvolvimento regional, o que pode diferir entre um e outro são as explicações “por conta de uma questão de escala, das características socioespaciais e da historicidade diferencial dos territórios, ou mesmo de autonomia administrativa”.

Por sua vez, a “região é um espaço geográfico, relativo e relacional, que se diferencia de outros espaços delimitados por um mesmo critério, portanto uma região que se distingue de outras regiões” (THEIS; BUTZKE; SANTOS, 2021, p. 4). Portanto, para os autores “a região é produto de certa geopolítica. Regionalizar significa territorializar, produzir fronteiras no âmbito de uma formação social nacional”. Dito em outros termos que dizer a região ou os territórios são espaços definidos por diversos fatores dentro de um espaço nacional.

Voltando a discussão para o âmbito da política de assistência social, por exemplo, a territorialização pode ser vista como parte essencial dentro da estrutura da própria política, uma vez que, todo o agir dentro da política é pensado do local para o nacional, prevendo a realização de diagnósticos socioterritoriais para elaboração dos planos de assistência social, seja em esfera federal, estadual ou municipal (CNAS, 2012). Com esse enfoque que

O diagnóstico tem por base o conhecimento da realidade a partir da leitura dos territórios, microterritórios ou outros recortes socioterritoriais que possibilitem identificar as dinâmicas sociais, econômicas, políticas e culturais que os caracterizam, reconhecendo as suas demandas e potencialidades (CNAS, 2012, p. 25).

Ou seja, “a territorialização constitui-se, assim, em princípio de “organização de serviços e programas” e deve atender à “lógica da proximidade” e prover “oferta capilar nos

² Ver Correia, Silveira e Kirst (2019) para um apanhado geral sobre o conceito de desenvolvimento regional; sobre desenvolvimento regional no Brasil, se pode ver Theis, Butzke e Santos (2021).



territórios vulneráveis””. Pensar o território na esfera da assistência social requer a compreensão e o desenvolvimento da “dimensão territorial da cidadania, enquanto uma dimensão irredutível para o enfrentamento das desigualdades sociais. Disseminar direitos, assim, é também produzir seus territórios” (BRASIL, 2014, p. 24).

Em outras palavras, “a dimensão territorial da política de assistência social precisa considerar, portanto, as diferentes escalas territoriais, que podem estar referidas tanto aos microterritórios quanto ao macroterritório nacional, passando pelas diferentes configurações regionais” (COUTO, 2010 *apud* BRASIL, 2014, p. 24).

Além do mais, a territorialização foi analisada como potencialmente inovadora na PNAS, pois “é considerada um aporte fundamental por permitir pensar o território como espaço vivido, da pulsação da vida da cidade e por isso com potencial de alterar as condições de vida da população” (DEGENSZAJN; COUTO; YAZBEK, 2012, não paginado). Logo, “organiza as provisões aonde a população se encontra, garantindo o acesso e buscando superar a fragmentação dos serviços e das intervenções” (DEGENSZAJN; COUTO; YAZBEK, 2012, não paginado).

Por conta disso, ao ajustar o foco das lentes para um dos possíveis recortes que a realidade da região das Missões/RS apresenta é possível evidenciar que as contribuições das dez APAES dessa Região são de fundamental importância, tanto para a vida das pessoas com deficiência atendidas como para o desenvolvimento regional. Após essa articulação entre os conceitos de políticas sociais, desenvolvimento regional e as APAES como mecanismos garantidores de direitos, a seguir são apresentados os resultados da pesquisa.

2.2 APAES da região das Missões/RS: desvelando a realidade

Nesta subseção são apresentados os principais dados levantados na pesquisa com as dez APAES da região das Missões/RS, abordando a caracterização do processo histórico de criação das APAES; a estrutura física; os recursos humanos; recursos financeiros; gestão financeira e controle social; serviços socioassistenciais e usuários, respectivamente.

Quanto ao processo histórico de criação das APAES é necessário apresentar as datas de suas fundações, conforme exposto no Quadro 1, desse modo constatou-se que na região das Missões/RS, as APAES foram criadas a partir da década de 1970, com a fundação das duas primeiras APAES, a de Santo Ângelo (1971) e a de São Luiz Gonzaga (1977), em um período de expansão das APAES por todo o país; entretanto, cerca de 25 anos após a criação da pioneira no Rio de Janeiro (1954). Com um intervalo temporal de dez anos foram criadas as APAES de Cerro Largo (1987), Santo Antônio das Missões (1987) e Caibaté (1988).



Quadro 1 – Caracterização das APAES da Região das Missões/RS

APAIE de	Municípios de abrangência	Ano de fundação	Políticas públicas atendidas	CNEAS	CEBAS	Ano do Estatuto Social	Nome da escola mantida
Bossoroca	Bossoroca	1995	Assistência Social	Sim	Sim	2015	—
Caibaté	Caibaté e Mato Queimado	1988	Assistência Social	Sim	Sim	2015	—
Cerro Largo	Cerro Largo, Ubiretama, Salvador das Missões e São Pedro do Butiá	1987	Assistência Social Educação Saúde	Sim	Sim	2015	Novo Amanhã
Guarani das Missões	Guarani das Missões e Sete de Setembro	1993	Assistência Social	Sim	Sim	2015	—
Porto Xavier	Porto Xavier	1998	Assistência Social	Sim	Sim	2021	—
Roque Gonzales	Roque Gonzales	2000	Assistência Social	Em andamento	Não	2021	—
Santo Ângelo	Santo Ângelo, Ente-Ijuís, Eugênio de Castro e Sete de Setembro	1971	Assistência Social Educação Saúde	Sim	Sim	2015	Escola de Educação Especial Raio de Sol
Santo Antônio das Missões	Santo Antônio das Missões	1988	Assistência Social Educação Saúde	Sim	Sim	2015	Escola Especial Sol Nascente
São Luiz Gonzaga	São Luiz Gonzaga, Dezesesseis de Novembro, Pirapó e Rolador	1977	Assistência Social Educação	Sim	Sim	2021	Escola Especial Ananias Tadeu
São Miguel das Missões	São Miguel das Missões	1993	Assistência Social Educação	Sim	Sim	2015	Escola de Educação Especial Maria Reni Everling

Fonte: Elaborado pelos autores, 2022.

Na década de 1990 foram criadas as APAES de Guarani das Missões (1993), São Miguel das Missões (1993), Bossoroca (1995) e Porto Xavier (1998). A de Roque Gonzales (2000) foi a última e também a única do século XXI; coincidentemente, é a única que não possui certificado de filantropia, o CEBAS, e está em processo de inclusão no CNEAS.

Resumidamente, pode-se constatar que, das dez APAES da Região das Missões/RS, cinco delas foram fundadas antes da CF e as outras cinco após esse período. De todas elas, apenas cinco são mantenedoras de escolas de educação especial e três delas trabalham com



serviços na área de saúde; entretanto, todas elas trabalham com serviços na área de assistência social.

Quanto à estrutura física das dez APAES pesquisadas foi possível evidenciar que todas as entidades possuem prédio próprio, sendo a única exceção a APAE de Roque Gonzales, em que o prédio de funcionamento é cedido. Pode-se perceber que todas as entidades possuem pelo menos uma sala para atendimento técnico individual, assim como para atendimento coletivo ou grupal, cozinha e banheiro.

Sobre as demais dependências, cada APAE possui uma estruturação diversa das outras, dadas as condições que possuem e tipos de serviços ofertados. Com isso, evidencia-se que as entidades que trabalham com serviços apenas na área de assistência social têm menor necessidade de estrutura física, diferente das que ofertam serviços nas outras duas áreas, a saber educação e saúde.

As cinco APAES dessa região que trabalham oferecendo serviços de assistência social são semelhantes em termos de estrutura físicas das suas dependências. Desse modo, Bossoroca, Caibaté, Guarani das Missões, Porto Xavier e Roque Gonzales possuem o número total de dependências citadas na pesquisa, variando entre 8 e 16. Por outro lado, as APAES de Cerro Largo, Santo Antônio e São Luiz Gonzaga também possuem semelhança quanto ao número total de dependências, pois cada uma delas possui mais de trinta. Além do mais, essas últimas APAES são três das cinco mais antigas existentes nessa região, o que leva a supor uma larga escala na caminhada rumo à aquisição de bens e oferta de serviços.

Foge à regra a APAE de Santo Ângelo, porque possui no total mais de cem itens, destacando-se por ter no rol das suas dependências: fraldário, academia ao ar livre, sala de exames, sala de captação de recursos e telemarketing, sala sensorial e brinquedoteca, além de possuir um elevado número de salas de atendimento coletivo (28) e de atendimento individual (19), se comparada com as outras nove entidades.

No que diz respeito às normas de acessibilidade nas dependências das entidades, todas as APAES pesquisadas disseram estar adequadas, ao menos parcialmente (cinco APAES) aos padrões estabelecidos. Entre as adaptações mais citadas estão: rampas de acesso para cadeirantes, barras de acessibilidade ou corrimões, banheiros e portas.

Portanto, há que se considerar que as dez entidades pesquisadas precisam se adequar às legislações e normativas que tratam do atendimento às pessoas com deficiência, seja no âmbito da assistência social, educação ou saúde, pois o denominador comum delas é a garantia de direitos sociais às pessoas com deficiência. Ou seja, a razão de existir das



APAES são as pessoas com deficiência, e a busca por melhorias nas estruturas físicas necessita ser uma constante, haja vista a dinamicidade desse processo.

Por sua vez, quanto aos recursos humanos envolvidos foi possível identificar que todas as APAES pesquisadas possuem o profissional assistente social, que compõe as equipes de referências estipuladas pela NOB-RS/ SUAS, ao menos com carga horária correspondente a um dia da semana. Destaca-se das demais no que diz respeito a esse profissional a APAE de Santo Ângelo, que possui dois deles em seu quadro de profissionais e ainda com a maior carga horária semanal, junto com Santo Antônio das Missões. Diferentemente das demais APAES que apresentam o professor ou pedagogo em maior quantidade de profissionais, até mesmo naquelas que são legalizadas para ofertar serviços de assistência social apenas, como é o caso de Bossoroca.

Com relação aos profissionais, as APAES que se destacam das demais são Bossoroca, Porto Xavier, Roque Gonzales e São Luiz Gonzaga, pois mesmo não ofertando serviços na área de saúde de forma regulamentada, oferecem serviços nessa área, tais como fisioterapia e fonoaudiologia. Merece destaque também a APAE de Santo Ângelo, que possui um leque maior de profissionais na área da saúde que as demais, tais como: pediatria, psiquiatria, neurologia, odontologia, ofertando ainda a realização de exames tanto para seus próprios usuários como para público externo, além de ser a única APAE da Região que possui o profissional de terapia ocupacional no seu quadro de funcionários.

No que se refere ao tipo de vínculo empregatício há uma predominância entre as APAES dessa Região de contratos celetistas (CLT), o que sugere a contratação pela própria instituição com recursos próprios. No entanto, aparece a forma de vínculo por Recibo de Pagamento Autônomo (RPA) nas APAES de Guarani das Missões e Roque Gonzales. Uma terceira forma de vinculação dos profissionais ocorre através de cedência de profissionais pelas prefeituras municipais para as APAES de Bossoroca, Roque Gonzales, Santo Ângelo e São Luiz Gonzaga. Com destaque para essa última pela quantidade de cedências, que são ao todo doze (12) dentre os vinte um (21) profissionais da entidade, o equivalente a 57,1%.

No tocante ao quadro profissional dessas entidades, constam também trabalhadores voluntários, como é o caso de Roque Gonzales, que possui a psicóloga e a fisioterapeuta atuando voluntariamente. Chama atenção nessa APAE o fato de não constar nenhum profissional contratado com vínculo celetista até o momento da realização da pesquisa.

Com relação à origem dos recursos financeiros no campo da assistência social, nove das APAES da região das Missões/RS recebem repasses destinados pelos municípios, ao passo que nenhuma delas recebe recursos de origem estadual. Por sua vez, no que se refere



aos recursos federais, apenas três delas recebem: Caibaté, Santo Ângelo e Santo Antônio das Missões. A única exceção é a de Roque Gonzales, que não recebe nenhum recurso público até o momento da pesquisa.

Das nove APAES que recebem recursos provenientes da política de assistência social dos municípios, quatro delas possuem repasses mensais: Bossoroca, Cerro Largo, Guarani das Missões e Santo Ângelo, enquanto as outras cinco recebem anualmente. Por sua vez, a periodicidade dos repasses federais de Santo Ângelo e Santo Antônio das Missões é mensal; entretanto, Caibaté recebe anualmente.

No tocante aos recursos da política de educação, as cinco APAES (Cerro Largo, Santo Ângelo, Santo Antônio das Missões, São Luiz Gonzaga e São Miguel das Missões) que oferecem serviços nessa área recebem de fonte municipal, enquanto que em escala estadual apenas quatro delas, diminuindo para três as APAES com recebimento de repasses federais (Cerro Largo, Santo Ângelo e São Luiz Gonzaga).

Quanto à periodicidade dos repasses de educação, nota-se que predominam os repasses mensais pelos três entes federados. As exceções ficam a cargo de São Luiz Gonzaga, em que os repasses federais são realizados anualmente, e São Miguel das Missões, que recebe apenas do município e este é realizado de forma anual. Destaca-se também Santo Antônio das Missões, por não receber nenhum recurso da federação.

No tocante aos repasses da política de saúde destinados pelos entes federativos às APAES de Cerro Largo, Santo Ângelo e Santo Antônio das Missões, a única delas que recebe repasses é a de Santo Ângelo, os quais ocorrem mensalmente de fonte federal e estadual. Em suma, é possível constatar que os municípios são a principal fonte de recursos públicos destinados para a manutenção das APAES da região das Missões/RS.

No tocante aos recursos financeiros em reais recebidos pelas entidades, pode-se evidenciar que, concidentemente, a APAE de Roque Gonzales acaba sendo a que possui a menor receita comparando-a com as demais entidades pesquisadas, talvez pelo fato de não receber nenhum recurso público até o momento da pesquisa e estar em processo de inclusão no CNEAS. Percebe-se também que as APAES de Caibaté, Guarani das Missões e São Miguel das Missões se assemelham quanto aos recursos financeiros recebidos, pois os valores giram em torno dos cento e trinta mil reais anuais. Destaca-se também a APAE de Santo Ângelo, por possuir a maior receita em valores, ultrapassando quinhentos mil reais anuais.

Em relação à origem dos recursos financeiros das entidades pesquisadas, pode-se dizer que as APAES das Missões/RS possuem variadas fontes, sendo as principais oriundas



das parcerias com municípios (presente em nove das dez entidades), seguidas das doações (presente em oito das dez) e campanhas (presente em sete das dez).

Embora se possa dizer que na região das Missões as fontes dos recursos financeiros são preponderantes de origem municipal por estar presente em nove das dez APAES pesquisadas, não se pode afirmar que o recurso municipal seja o maior valor em reais recebido por todas as entidades da Região. Uma vez que apenas em Bossoroca, Caibaté, Porto Xavier e São Miguel das Missões os valores municipais recebidos são mais elevados que os demais. Enquanto que em Cerro Largo e Santo Antônio das Missões o valor mais alto é de origem estadual. Já em Santo Ângelo e São Luiz Gonzaga os maiores recursos recebidos são de fonte federal e em Guarani das Missões o mais alto valor recebido foi de emendas parlamentares.

A gestão financeira nada mais é do que a forma como as entidades se organizam para administrar os recursos. Das dez APAES estudadas, três citaram que a gestão ou administração dos recursos ocorre através de escritório de contabilidade (Guarani das Missões, Santo Antônio das Missões e São Luiz Gonzaga), sendo que duas dessas acrescentaram que participam desse processo a Tesouraria da entidade (Santo Antônio das Missões e São Luiz Gonzaga), e em São Luiz Gonzaga há ainda o acompanhamento pelo Conselho Fiscal. Uma terceira APAE (Santo Ângelo) expôs que são os profissionais de contabilidade e administração da própria entidade que desempenham essas atividades. As demais citaram que a gestão ocorre através de reuniões e deliberações em conjunto com a diretoria (Caibaté, Cerro Largo, Roque Gonzales), por meio de aplicação onde há necessidades (Santo Antônio das Missões) previamente estabelecidas nos planos de trabalho das parceiras e projetos aprovados (Bossoroca, São Miguel das Missões e Porto Xavier).

Quanto ao quesito prestação de contas dos recursos públicos recebidos pelas entidades, as respostas também foram variadas. No entanto é possível agrupá-las da seguinte maneira: (i) por meio de apresentação de documentação aos órgãos públicos (Bossoroca, Caibaté, Cerro Largo, Guarani das Missões, Santo Ângelo, Santo Antônio das Missões, São Luiz Gonzaga), tais como relatórios de atividades, planos de trabalho, notas fiscais pagas, balanço social e patrimonial divulgado em jornal local; (ii) através da secretaria municipal de assistência social (Porto Xavier); (iii) via tesoureiro e escritório contábil (São Miguel das Missões). Roque Gonzales não recebe recursos públicos.

Sobre o controle exercido por cada um dos entes federados em relação aos recursos despendidos às entidades, todas as respostas foram positivas, ressaltando que cada órgão público que fornece recurso para elas por meio de parcerias tem o controle de aplicação dos



mesmos, uma vez que são apresentados balancetes contábeis, tabelas, relatórios, havendo uma conta bancária específica para cada projeto, além de serem feitas pesquisas de preço para os orçamentos antes da efetivação das compras.

O controle social pode ser visto sob dois aspectos em relação às APAES, o primeiro trata-se do controle realizado sobre elas e o segundo refere-se ao desenvolvido dentro da própria organização interna de cada uma delas. Com relação ao primeiro, pode-se dizer que todas as APAES da Região possuem inscrição nos conselhos municipais de assistência social (CMAS) para poderem atuar como entidade de assistência social, por exemplo, caso contrário não seriam assim consideradas. A inscrição tem relação com a fiscalização dos serviços ofertados e a prestação de contas, independentemente de possuir ou não assento de participação nas reuniões desse conselho.

Conseqüentemente, pode-se dizer que o CMAS é um conselho municipal que exerce controle social sobre APAES das Missões, uma vez que todas elas passam pelo crivo dos conselheiros através das documentações apresentadas pelas entidades e exigidas pelas normativas da própria política de assistência social.

A segunda forma de controle social presente nas APAES dessa Região refere-se ao desenvolvido dentro da organização interna de cada uma delas. De acordo com seus Estatutos Sociais, as APAES das Missões/RS são formadas por órgãos ou responsáveis pelas entidades, que são: assembleia geral ordinária, diretoria executiva, Autodefensoria, conselho de administração, conselho fiscal, e conselho consultivo. Desse modo, pode-se dizer que o controle social interno dessas APAES é realizado pelo conselho fiscal, conselho de administração e conselho consultivo, pois são órgãos formados por pessoas da sociedade em geral que atuam voluntariamente na fiscalização dos serviços ofertados.

Foi possível verificar que quatro das dez APAES das Missões/RS possuem a diretoria composta por mais de trinta membros, enquanto as outras seis possuem o número variando entre 17 a vinte e dois membros. Já no tocante à presença dos pais nas diretorias, pode-se dizer que a APAE de Cerro Largo se destaca das demais pela presença de 16 pais ou responsáveis pelos usuários, de um total de 22 membros. Por outro lado, as que menos possuem presença dos pais em suas diretorias são as APAES de Caibaté, Porto Xavier e Roque Gonzales, pois têm somente 1 em cada diretoria.

Em relação aos voluntários atuando na entidade, isto é, que participam de alguma forma trabalhando para as APAES, seja em eventos, campanhas, etc., o destaque é a APAE de Santo Antônio das Missões, que possui ao todo quarenta pessoas voluntárias. Todavia, as



APAES que não possuem nenhum voluntário são as APAES de Caibaté, Porto Xavier, Santo Ângelo e São Miguel das Missões.

No referente ao número de associados, destaca-se das demais a APAE de Santo Ângelo, que possui, ao todo, trezentas e setenta pessoas, o mesmo número de usuários da entidade; seguida pelas APAES de Roque Gonzales e São Miguel das Missões, com 120 e 150 associados, respectivamente. Contudo, a APAE de Cerro Largo também chama a atenção pelo fato de ter apenas 15 associados. Vale lembrar que essas entidades se constituem em associações e cada associado é também um contribuinte; por conta disso, quanto maior o número de sócios maior será a arrecadação de contribuições.

No que diz respeito aos serviços socioassistenciais foi possível identificar que todas as dez APAES ofertam serviços na área de assistência social, cinco delas na área da educação e três delas na área da saúde. O programa desenvolvido pelas APAES das Missões/RS quanto à assistência social trata-se do Programa de Habilitação e Reabilitação da Pessoa com Deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária, definido pela Resolução CNAS Nº 34, de 28 de novembro de 2011, o qual é ofertado pelas APAES de Caibaté, Santo Ângelo e São Luiz Gonzaga.

Os projetos desenvolvidos tratam de atividades grupais com familiares ou com os próprios usuários, e são oferecidos por seis APAES: Bossoroca, Cerro Largo, Roque Gonzales, Santo Antônio das Missões, São Luiz Gonzaga e São Miguel das Missões. Em relação ao Programa de Autogestão e Autodefensoria, são citados pelas APAES de Cerro Largo e São Luiz Gonzaga.

Quanto aos serviços oferecidos, consta o Serviço de Proteção Especial para Pessoas com Deficiência, Idosos e suas famílias, que é regulamentado pela Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais, aprovada na Resolução Nº 109, de 11 de novembro de 2009, sendo ofertado pelas APAES de Caibaté, Cerro Largo, Santo Ângelo, São Luiz Gonzaga. Já o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos é um serviço tipificado nacionalmente, pertencente à proteção básica da PNAS, e é oferecido pelas APAES de Caibaté e Cerro Largo. Além desses serviços, outros também são desenvolvidos, tais como a defesa e garantia de direitos, encaminhamentos de benefícios, encaminhamentos para a rede, orientação, escuta, acolhida, proteção e fortalecimento de vínculos. Em relação à periodicidade desses atendimentos, as APAES que apresentam a menor frequência o fazem uma vez na semana em turno integral, e as que apresentam maior frequência o fazem todos os dias da semana em turno integral.



No que diz respeito aos serviços na área de educação ofertados pelas APAES das Missões/RS, ao todo, cinco escolas especiais são mantidas por cinco entidades dessa Região, localizadas nos municípios de Cerro Largo, Santo Ângelo, Santo Antônio das Missões, São Luiz Gonzaga e São Miguel das Missões.

A Educação Para Jovens e Adultos (EJA) está presente nas atividades diárias de todas as cinco escolas especiais. Por sua vez, o ensino fundamental anos iniciais e a educação infantil constam em quatro delas, seguidos pela educação/estimulação precoce em três delas, enquanto o Atendimento Educacional Especializado (AEE) existe somente em duas. Por outro lado, a única APAE que oferece qualificação e colocação de jovens e adultos no mercado de trabalho é a de Santo Ângelo.

Na área da saúde na Região das Missões/RS há apenas três APAES que oferecem esses serviços, as quais são: Cerro Largo, Santo Ângelo e Santo Antônio das Missões. Pode-se perceber que a APAE de Santo Ângelo se destaca das demais em três pontos no que se refere à área de saúde. O primeiro porque além dos serviços de psicologia, fisioterapia, fonoaudiologia e estimulação precoce, ela também disponibiliza atendimentos especializados de neurologia, pediatria, psiquiatria, terapia ocupacional, odontologia.

O segundo porque essa APAE também oferece exames complementares de Potencial Evocado Auditivo de Tronco Cerebral (PEATE), audiometria, impedanciometria e eletroencefalografia, um diferencial relevante com relação as demais, porque atendem de forma completa aos seus usuários. Assim, possuem na própria instituição os principais exames e especialistas necessários para fornecimento de diagnósticos da deficiência e/ou doenças que os usuários possuem, tornando-se um facilitador, além de dar maior agilidade ao processo, porque cada paciente não dependerá de filas de espera tão corriqueiras nos demais espaços do SUS.

E o terceiro porque, diferentemente das outras três, ela é a única que oferece serviços ao público externo, do qual efetua cobrança de valores, ou seja, para a comunidade em geral que não está inserida regulamente na entidade, pois todo o atendimento realizado para os seus próprios usuários é completamente gratuito. Os serviços vendidos ao público externo pela APAE de Santo Ângelo são os exames complementares e as sessões particulares de fonoaudiologia.

Ressalta-se que, apesar de não ofertar serviços na área de saúde, regulamentadamente, outras APAES oferecem serviços de fisioterapia e fonoaudiologia, de forma complementar aos demais serviços disponibilizados de assistência social ou educação, como é o caso de Bossoroca, Porto Xavier, Roque Gonzales e São Luiz Gonzaga.



Com relação ao público atendido nas APAES das Missões/RS foi possível evidenciar que o total de PCDS atendidas por essas entidades é de oitocentos e oitenta e cinco (885) pessoas, das quais 45,87% são crianças, com 22,37% são adolescentes, 30,28% são adultos e menos de 1% são idosos.

Seis APAES da região destacam-se também por não atenderem nenhum usuário idoso, são elas: Caibaté, Porto Xavier, Roque Gonzales, Santo Antônio das Missões, São Luiz Gonzaga e São Miguel das Missões. Entretanto, o quantitativo total de PCDS idosos (08) em atendimento nas APAES dessa região é relativamente baixo se comparado ao total de crianças atendidas (406), por exemplo.

Referindo-se aos tipos de deficiência atendidos por essas entidades, há uma predominância das pessoas com deficiência intelectual e múltipla com cerca de 43%, seguidos pela intelectual com 23% do total de usuários; transtorno global do desenvolvimento com 12%; síndrome de Down equivale a 9%; deficiência física com 5%; deficiência auditiva e visual com 0,3 % e 0,5 %, respectivamente do total de PCDS da Região. A única APAE da Região que não possui atendido com deficiência intelectual e múltipla é Guarani das Missões.

Por outro lado, São Luiz Gonzaga chama a atenção por possuir o maior número de atendidos com deficiência intelectual, com cerca de oitenta e três (83) usuários, além de não ter em seus atendimentos usuários com deficiência física, visual ou auditiva. Deficiência visual é atendida nas APAES de Bossoroca, Guarani das Missões e Santo Antônio das Missões. Já a deficiência auditiva é atendida pelas APAES de Bossoroca e Santo Antônio das Missões.

A APAE que se destaca das demais pelo maior número de usuários no total é Santo Ângelo, possuindo trezentos e setenta (370), seguida por São Luiz Gonzaga com cento e nove (109). Já as que atendem menos usuários são Caibaté e Roque Gonzales, com vinte e quatro (24) e vinte e cinco (25), respectivamente. Depois da exposição dos resultados da pesquisa a seguir são apresentadas as considerações finais deste artigo.

Conclusão

As APAES são consideradas OSC que prestam serviços socioassistenciais de forma planejada, permanente e gratuita no campo da PNAS às PCDS, preferencialmente intelectual e múltipla. Portanto, este artigo buscou lançar luz sobre a realidade das APAES da região das Missões/RS quanto ao processo de criação delas, sua estrutura física, seus recursos humanos, recursos financeiros, gestão financeira e controle social, serviços socioassistenciais oferecidos e público atendido. Além disso, procurou compreender as contribuições dadas pelo



trabalho desenvolvido pelas APAES da região das Missões/RS na garantia dos direitos sociais às pessoas com deficiência, no âmbito da PNAS, favorecendo o desenvolvimento regional.

Na região das Missões/RS conta-se com dez APAES localizadas, respectivamente, nos municípios de São Luiz Gonzaga, Caibaté, Bossoroca, Guarani das Missões, Santo Antônio das Missões, Santo Ângelo, São Miguel das Missões, Roque Gonzales, Porto Xavier e Cerro Largo, uma em cada município. Além dos municípios sede dessas entidades, elas também atendem pessoas com deficiência de outros municípios da região, tais como: Mato Queimado, Ubiretama, Salvador das Missões, São Pedro do Butiá, Ente-ljuís, Eugênio de Castro, Sete de Setembro, Dezesesseis de Novembro, Pirapó e Rolador.

No tangente aos serviços socioassistenciais ofertados pelas APAES das Missões/RS foi possível verificar que, como as APAES são independentes, o quadro de profissionais que possuem também difere entre elas, até mesmo pelo tipo de políticas públicas que estão cadastradas.

Quanto às PCDS, as APAES dessa Região atendem, preferencialmente, as intelectuais e múltiplas, mas também as pessoas com deficiências visuais, físicas, auditivas, Síndrome de Down, Transtorno Global do Desenvolvimento. Existe ainda, entre as APAES dessa Região, uma diferença quanto às faixas etárias do público que atendem, pois há as que atendem crianças, adolescentes e adultos, mas nem todas atendem a idosos com deficiência. Este estudo mostrou que há poucas pessoas com deficiência idosas em atendimento nessas APAES, se comparado ao total de crianças atendidas, por exemplo.

Apesar de todas as contradições encontradas no processo de criação e manutenção das APAES da região das Missões/RS, pode-se inferir que estas tornaram-se, ao longo dos anos, instrumentos de garantia de direitos sociais no âmbito da PNAS às pessoas com deficiência intelectual e múltipla que atendem; são espaços que oportunizam participação e convívio social aos seus usuários. Ou seja, as APAES são entidades que trabalham na perspectiva dos direitos sociais, executando serviços socioassistenciais e se apresentam com particularidades no atendimento das pessoas com deficiência na região das Missões/RS.

Pode-se dizer que cada APAE dessa Região é um organismo único, como se fosse “um ser vivo” que luta com as forças que tem para poder sobreviver na selva do mundo real, vivido e latente no capitalismo violento e excludente, que cada dia mais torna as pessoas objetos para a sua própria manutenção.

Diante disso, foi possível mostrar a realidade local de como está o desenvolvimento regional quanto aos atendimentos ofertados pelas APAES às pessoas com deficiência intelectual e múltipla. Ou seja, identificou as experiências, a dinâmica que envolve esses



sujeitos, bem como as organizações da sociedade civil e sua relação com as políticas públicas localmente. Permitindo olhar a realidade da Região sobre aquilo que se conquistou e se construiu ao longo dos anos no que se refere às pessoas com deficiência em atendimento nas APAES

Destaca-se que essas APAES desenvolvem funções públicas de forma delegada pelo Estado para as PCDS, contribuindo de forma primordial para a inclusão, a efetivação e garantia de direitos para esses atores sociais, e conseqüentemente, para seu desenvolvimento humano, sua participação e convívio social na vida comunitária. Porque para uma pessoa com deficiência múltipla, o fato de poder participar de algo e sentir-se parte de um todo ou de um grupo social, simplesmente não tem preço.

Todas as APAES pesquisadas são diferentes umas das outras. Nenhuma delas é igual no que tange às equipes, estruturas físicas, usuários, porque são independentes. Mas elas estão em funcionamento, desempenhando o seu papel na garantia de direitos sociais às PCDS, seja no âmbito da PNAS (que todas são), na educação ou saúde. O fato é que são OSC privadas e desempenham uma função pública, em prol de uma demanda que o Estado não consegue, para não dizer que não quer dar conta.

Referências

BRASIL. **Avaliação de políticas públicas**: reflexões acadêmicas sobre o desenvolvimento social e o combate à fome. Brasília, DF: MDS, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação, 2014. 239 p. (V.3:Assistência social e territorialidades).

BOBBIO, Norberto. **A era dos direitos**. Tradução Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

CASTRO, Jorge Abrahão de; OLIVEIRA, Márcio Gimene de. POLÍTICAS PÚBLICAS E DESENVOLVIMENTO. In: MADEIRA, Ligia Mori (org.). **Avaliação de Políticas Públicas**. Porto Alegre: UFRGS/CEGOV, 2014. Cap. 1. p. 20-48. Disponível em: https://www.ufrgs.br/cegov/files/pub_37.pdf. Acesso em: 04 jan. 2021.

CASTRO, Jorge Abrahão de. Política social e desenvolvimento no Brasil. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 21, Número Especial, p. 1011-1042, dez. 2012.

CNAS, Conselho Nacional de Assistência Social. **Resolução Nº 33, de 12 de Dezembro de 2012**. Aprova a Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social - NOB/SUAS Brasília, 2012. Disponível em: <http://blog.mds.gov.br/redesuas/resolucao-no-33-de-12-de-dezembro-de-2012/>. Acesso em: 24 de abr. 2023.

CORTIZO, Roberta Mélega; SANTOS, Mariana Ferreira Peixoto dos; CUSTÓDIO, Marta Battaglia. **Proteção e Promoção Social de Pessoas com Deficiência no Brasil**: uma abordagem a partir de indicadores sociais e relatos de caso. Brasília: Ministério da



Cidadania, 2020. Disponível em:
http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/Relatos%20de%20Caso_4_Final.pdf.
 Acesso em: 30 mar. 2021.

CORRÊA, José Carlos Severo; SILVEIRA, Rogério Leandro Lima; KIST, Rosane Bernardete Brochier. **SOBRE O CONCEITO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL: NOTAS PARA DEBATE. Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional- G&DR**, Taubaté, SP, Brasil, v. 15, n. 7, Edição Especial, p. 3-15, dez/2019. Disponível em: <https://www.rbgdr.net/revista/index.php/rbgdr/article/view/5255/870>. Acesso em: 03 mai. 2023.

COUTO, Berenice de Rojas. **O Direito Social e a Assistência Social na Sociedade Brasileira: uma equação possível?** 2. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

DEGENSZAJN, Raquel Raichelis; COUTO, Berenice Rojas; YAZBEK, Maria Carmelita. O SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NO BRASIL: apresentando a pesquisa, problematizando a política social. **Revista de Políticas Públicas**, São Luís, MA, p. 453-460, out. 2012. Número Especial. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=321131651049>. Acesso em: 20 jan. 2022.

FADERS, Fundação de Articulação e Desenvolvimento de Políticas Públicas para PCD e PCAH no RS. **Tabela 3425 - População residente por tipo de deficiência**. 2022. Disponível em: <https://fadrs.rs.gov.br/upload/arquivos/202012/11135734-tabela-censo-2010-ibge-percentual-por-municipios.pdf>. Acesso em: 04 fev. 2022.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O Desafio do Conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 12. ed. São Paulo: Hucitec, 2010.

ROTTA, Edeimar; REIS, Carlos Nelson dos. Desenvolvimento e políticas sociais: uma relação necessária. **Revista Textos & Contextos**, Porto Alegre, v. 6, n. 2, p. 314-334, dez. 2007. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/article/view/2321>. Acesso em: 06 jan. 2021.

SILVA, João Henrique da. Mapeamento da produção científica veiculada em periódicos sobre a temática APAE (2000-2015). **Perspectivas em Diálogo: REVISTA DE EDUCAÇÃO E SOCIEDADE**, Naviraí, v. 4, n. 7, p. 64-79, jun. 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufms.br/index.php/persdia/article/view/2855/3280>. Acesso em: 20 abr. 2021.

THEIS, Ivo Marcos; BUTZKE, Luciana; SANTOS, Nelson Afonso Garcia. Contradições do desenvolvimento regional no Brasil: formação do território e inserção internacional. **Desenvolvimento em Questão**, Ijuí, v. 20, n. 58, p. 1-16, 3 nov. 2022. <http://dx.doi.org/10.21527/2237-6453.2022.58.12546>. Acesso em: 03 abr. 2023.

YAZBEK, Maria Carmelita. Tendências da política de assistência social. **Serviço Social e Saúde**, Campinas, v. 3, n. 1, p. 23-34, 2004. DOI: 10.20396/sss.v3i1.8634995. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/sss/article/view/8634995>. Acesso em: 30 out. 2020.